



Feminismo rural, feminismo camponês e feminismo interseccional em debate: a agroecologia feminista como agente político de transformação

Rural feminism, peasant feminism and intersectional feminism in debate: feminist agroecology as a political agent of transformation

FILIPAK, Alexandra¹

¹ Instituto Federal de São Paulo (IFSP), alexandra.filipak@ifsp.edu.br

RESUMO EXPANDIDO

Eixo Temático: Inserir o nome do eixo temático

Resumo: O movimento agroecológico no Brasil, em encontro com o feminismo rural, é considerado agente de ações sociais, políticas e ambientais, incluindo as de gênero, em territórios rurais como agricultura familiar, tradicional e reforma agrária. A agroecologia feminista, assim contribui para as reconfigurações desses diferentes espaços, trazendo para o centro do debate as desigualdades de gênero e a necessidade das posturas feministas na agroecologia. O feminismo rural, ao longo da história do movimento agroecológico é expressado a partir de diferentes focos, olhares e conceitos, o que esse texto pretende explorar. O objetivo desse estudo é, assim, analisar como, ao longo do tempo, a agroecologia feminista, a partir do feminismo rural, camponês e interseccional vêm se tornando importante agente político de transformação social, ambiental e de gênero no campo no Brasil.

Palavras-chave: feminismo rural; feminismo camponês; interseccionalidade; agroecologia; agroecologia feminista.

Introdução

O objetivo desse estudo é analisar como o movimento agroecológico em encontro com o feminismo rural, considerados agentes de ações sociais, políticas e ambientais, incluindo as de gênero, em territórios rurais, contribuem para as reconfigurações desses diferentes espaços e vêm, ao longo do tempo, se tornando importantes agentes políticos de transformação social, ambiental e de gênero no campo no Brasil.

O feminismo rural surge, como sujeito teórico e político no âmbito do conjunto de movimentos sociais e organizações vinculados ao debate da chamada agricultura alternativa e que depois se caracteriza como agroecologia no Brasil. Ele acompanha a história da agroecologia a partir do protagonismo de mulheres agricultoras, extensionistas, professoras universitárias e agentes de organizações sindicais e não-governamentais que pautam os direitos das mulheres, inicialmente, e que depois se aprofundam no debate relacionado à busca pela igualdade de gênero no contexto camponês e o enfrentamento do patriarcado.

A agroecologia nasce numa perspectiva masculina, reproduzindo padrões de gênero hegemônicos no campo, nos quais o homem ocupa o espaço público e a



mulher o privado. Assim sendo, entende-se que o responsável por lutar e fazer a agricultura ecológica são os homens, pois são esses os responsáveis econômicos

pelos unidades de produção. Outro fator de configuração da agroecologia masculina são as diferentes organizações de assistência técnica que trazem para o debate a agricultura ecológica, ao longo da história, onde a maioria dos técnicos agrícolas e engenheiros agrônomos são homens. O conhecimento na área da agroecologia, publicamente é valorizado enquanto um conhecimento construído por pesquisadores homens, visto o recorte de gênero das publicações iniciais do tema agroecológico.

O reconhecimento do papel das mulheres na agroecologia, tanto na produção de conhecimentos, quanto na participação política, e na prática da agricultura vem como resistência dentro do próprio movimento agroecológico. O feminismo rural, nessa perspectiva, atravessa o movimento agroecológico e tenciona a masculinidade compulsória entendida como natural dentro desse movimento.

Metodologia

Partimos do entendimento da possibilidade de se construir caminhos científicos comprometidos com a crítica social e com os processos de transformação da sociedade. Essa possibilidade que as ciências humanas e sociais trazem atualmente, no mundo acadêmico, leva pesquisadores a se comprometer com uma pesquisa socialmente referenciada e comprometida com seus resultados de forma que impliquem em processos de mudança da realidade a qual se propõem a analisar (SOMEKH et al, 2015. p. 29). Assim, buscamos traçar caminhos metodológicos que levem, ao mesmo tempo, a possibilidade de se produzir conhecimento científico que seja compartilhado, coletivizado através da atuação participante da pesquisadora tanto no movimento agroecológico quanto no feminista.

Dessa forma, essa é uma proposta de estudo de pós-doutorado que compreende uma pesquisa qualitativa incluindo pesquisa bibliográfica e também pesquisa de campo e propondo pesquisa participante nos movimentos agroecológicos feministas, dados os compromissos científicos e características da pesquisadora. Os resultados que aqui se apresentam são os de pesquisa bibliográfica inicial. As pesquisas de campo ainda serão realizadas.

Encontro do feminismo com o movimento agroecológico: feminismo camponês e feminismo interseccional

A promoção da agroecologia numa perspectiva feminista é resultado de uma abordagem de gênero que emerge dentro dos movimentos sociais e do movimento agroecológico e que apresenta como premissa a ideia de que a transformação social e ambiental exige uma dupla exigência: a mudança nas relações com a natureza e a transformação das relações de gênero (HILLEKAMP e NOBRE, 2018; SILIPRANDI, 2009; FILIPAK, 2021).



Essa perspectiva advoga o esforço de reconhecer a produção e o conhecimento agroecológicos das mulheres, de valorizar essa produção de forma monetária e não monetária e de fortalecer a expressão política das mulheres agricultoras. Para tanto, aposta na solidariedade – quer dizer, nas interdependências voluntárias – em diferentes níveis (grupos locais, redes territoriais, movimentos regionais e nacionais) e em diferentes esferas (socioeconômicas e políticas) (HILLEKAMP e NOBRE, 2018, p. 169).

Historicamente, foi a partir dos anos 1980 e 1990, que o enfoque de gênero começa a ser utilizado no interior dos movimentos sociais e da produção de conhecimento no campo da agroecologia e da agricultura familiar. O que podemos, hoje, chamar de feminismo rural, nasce a partir da insatisfação das mulheres no interior dos movimentos sociais do campo, referente à invisibilidade delas como atrizes políticas, sociais e históricas no contexto camponês.

No contexto dos anos 1980, em que uma rede de profissionais da agronomia defende, na agenda democrática, a chamada “agricultura alternativa”, as mulheres do campo se organizam em torno do sindicalismo rural e da previdência nas demandas por aposentadoria e auxílio maternidade. (HILLEKAMP e NOBRE, 2018; FILIPAK, 2021).

Elas criam suas próprias organizações, tais como o Movimento de Mulheres Camponesas (MMC, criado em estados da região Sul, como Santa Catarina, por volta de 1983 e unificado em nível nacional em 2003) e o Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTR-NE, fundado em 1986 com presença em vários estados da região Nordeste), e, posteriormente, inserem-se em algumas organizações mistas, como a CONTAG e o MST (HILLEKAMP e NOBRE, 2018, p. 178)

É por volta dos anos 1990 que surge um novo campo chamado de “gênero e agricultura familiar” tanto nos movimentos sociais e, nos anos 2000, nos espaços públicos de elaboração e implementação de políticas públicas (HILLEKAMP e NOBRE, 2018).

O feminismo rural, dessa forma, tem sua gênese num debate muito vinculado à uma perspectiva de classe social, da classe trabalhadora em oposição à classe dominante. Vê-se, nessa perspectiva, o denominado Feminismo Camponês Rural reivindicado pelo Movimento de Mulheres Camponesas – MMC, onde há uma visão e interpretação da questão agrária que define o espaço rural como campo, os sujeitos como camponeses e a classe como campesinato (WANDERLEY, 2003; MARTINS, 2002; QUEIROZ, 1976). Porém o feminismo só é admitido pelo MMC nos anos 2010, demarcando a atualidade histórica do tema (PAULILO, 2016).

O MMC sendo um movimento social camponês composto somente por mulheres, exerce uma grande influência no debate feminista de outros movimentos e organizações, pela sua própria expressividade. A característica de um feminismo de classe e essencialista, como denominou Paulilo (2016), o qual considera a ligação da mulher com a natureza, ainda se mostra presente no feminismo rural (considerando aqui as diferentes e possíveis linhas e interpretações feministas existentes no feminismo rural), ainda que esse agregue, hoje, outras perspectivas.



São consideradas essencialistas as feministas que creem existir uma ligação inata, essencial, entre mulheres e natureza. Vandana Shiva e Maria Mies (1997) são as defensoras mais mundialmente conhecidas dessa postura. (...) A influência do pós-modernismo e da ideia de desconstrução aumentou muito, nos últimos anos, entre as feministas acadêmicas, mas o mesmo não aconteceu entre as militantes de movimentos de base como o MMC. (...) É um duro exercício para nós, feministas com forte influência desconstrucionista, analisar, sem preconceitos, o essencialismo do MMC (PAULILO, 2016, p. 302, 303).

O feminismo rural, portanto, se faz presente dentro dos movimentos e organizações do campo agroecológico, como sujeito político que vai nas disputas cotidianas imprimindo a necessidade do próprio movimento social questionar suas bases de gênero hegemônicas patriarcais e propor ações de promoção da igualdade de gênero nos seus espaços de atuação e nas pautas reivindicatórias.

O feminismo que se faz na atuação política nos movimentos sociais e na construção teórica do pensamento e das narrativas estabelecidas no campo do debate científico e popular relacionado à agricultura familiar, questiona as bases da organização social camponesa em suas configurações de gênero. O debate central do pensamento feminista parte da discussão da divisão sexual do trabalho na agricultura familiar e suas configurações de gênero. Questiona a desigualdade advinda dessa divisão sexual do trabalho onde as mulheres responsabilizam-se pelo trabalho de reprodução social enquanto os homens, o trabalho produtivo. Demonstram a invisibilidade do trabalho da mulher no campo e a desvalorização do mesmo ao mesmo tempo que o caracteriza como protagonista na produção de alimentos saudáveis e do cuidado e conservação da natureza. Paulilo (1987), no texto intitulado “O peso do trabalho leve”, ao analisar diferentes realidades rurais do ponto de vista do trabalho no recorte de gênero, conclui que o trabalho considerado leve destinado às mulheres (o qual tem remuneração mais baixa ou nenhuma remuneração no caso do trabalho de cuidados), é assim considerado não pela própria característica do trabalho, mas sim pela posição hierárquica inferior que a mulher ocupa na composição familiar.

Essa crítica sociológica acompanha o debate feminista no interior dos movimentos sociais, onde a divisão sexual do trabalho ocupa lugar importante nas proposições de redefinições de configuração do trabalho e da vida familiar buscando-se, assim, por igualdade de gênero:

Outro ponto da concepção da divisão sexual do trabalho, é que um trabalho feito por homem é mais valorizado que um trabalho feito por mulher, mesmo quando eles exercem uma mesma função. Neste caso, o trabalho das mulheres é considerado de menor valor e, portanto, complementar ao do homem. Assim, a sua remuneração por ele também pode ser inferior, ou o mesmo não precisa ser remunerado. Estas desigualdades estão presentes no mundo do trabalho, na participação social e política, na autonomia pessoal e econômica e, consequentemente, no acesso às políticas públicas (FILIPAK, 2021, p. 125).



Num olhar para o feminismo dentro movimento agroecológico, vê-se que ele se faz no enfrentamento aos modelos patriarcais e aos discursos e práticas masculinizados nas organizações de luta e construção da agroecologia. A exemplo disso, no X Congresso Brasileiro de Agroecologia, em 2017, onde as práticas e a ciência agroecológica se encontram num momento de visibilidade pública, as mulheres participantes do Congresso se reúnem e reivindicam, a partir de uma intervenção, a visibilidade da mulher na produção do conhecimento agroecológico, questionando uma mesa cujo tema era a produção de conhecimento, composta somente pelos homens da pesquisa em agroecologia. Essa intervenção política feita com cartazes e palavras de ordem durante o acontecimento da mesa de palestra e debate, foi um marco do feminismo na agroecologia e simbolizou que a igualdade nas relações de gênero se faz no enfrentamento e na resistência de mulheres diante do padrão patriarcal estabelecido.

Desse modo, a ideia atual de uma agroecologia feminista vem de toda essa manifestação do pensamento e práxis feminista voltado ao mundo rural que se fez nas redes de atuação de mulheres agricultoras, em movimentos sociais, organizações não-governamentais como também de professoras universitárias e pesquisadoras distribuídas no Brasil e internacionalmente (HILLEKAMP e NOBRE, 2018).

Essa ideia que nasce de um feminismo camponês classista, com inspirações nas perspectivas do Ecofeminismo (SHIVA e MIES, 1997), atualmente agrega, como base teórica, a premissa sociológica da interseccionalidade entre gênero, raça e classe no debate feminista.

A premissa da interseccionalidade se faz numa perspectiva teórica e numa prática política, isto é, num campo de conhecimento e numa práxis, chamada aqui de interseccional (COLLINS e BILGE, 2020). Assim a interseccionalidade pode ser definida como aponta as autoras Collins e Bilge (2020):

A interseccionalidade investiga como as relações interseccionais de poder influenciam as relações sociais em sociedades marcadas pela diversidade, bem como as experiências individuais na vida cotidiana. Como ferramenta analítica, a interseccionalidade considera que as categorias de raça, classe, gênero, orientação sexual, nacionalidade, capacidade, etnia e faixa etária – entre outras – são inter-relacionadas e moldam-se mutuamente. A interseccionalidade é uma forma de entender e explicar a complexidade do mundo, das pessoas e das experiências humanas. (COLLINS e BILGE, 2020, p. 16)

Esse movimento teórico-prático fica claro, por exemplo, nos lemas atuais do movimento agroecológico que buscam trazer, para além da classe social, as questões de gênero e raça para o centro do debate, em forma de disputa e de organização da prática: “Sem feminismo não há agroecologia” e “se tem racismo não é agroecologia”.



Conclusões

A perspectiva de uma agroecologia feminista vem transformando territórios rurais numa práxis focada no trabalho das mulheres agricultoras e em suas práticas políticas. Atuações com as da SOF – Sempre Viva Organização Feminista na prestação de serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural para mulheres agricultoras do Vale do Ribeira, SP trazem a reconfiguração desses territórios com elementos de valorização do trabalho agroecológico das mulheres, empoderamento econômico das mesmas a partir de comercialização em mercados sociais, mudanças ambientais relacionadas à preservação da natureza desde o trabalho realizado pelas agriculturas em suas unidades familiares de produção, mudanças nas relações econômicas da produção familiar, alterações na participação social e política das mulheres e na divisão sexual do trabalho. Esses elementos de novas configurações de gênero, econômicas e ambientais no Vale do Ribeira podem ser observadas em diferentes trabalhos como os de Hillekamp e Nobre, 2018; Marques et al, 2019; Marques et al 2021).

Também são inúmeras as experiências do MST, em especial da atuação de seu Setor de Gênero, na intersecção entre feminismo e agroecologia, que reconfiguram seus territórios de Reforma Agrária. Podemos também citar aqui as práticas de outros movimentos e organizações nessa temática como da CONTAG, do MMC, do MMTR, entre outros, o que será alvo de aprofundamento dessa pesquisa.

Referências bibliográficas

COLLINS, P. H.; BILGE, S. **Interseccionalidade**. São Paulo: Boitempo, 2020.

FILIPAK, A. **Políticas públicas para mulheres rurais no Brasil (2003-2015) : análise a partir da percepção de mulheres rurais e de movimentos sociais mistos**. São Paulo: EDIFSP, 2021.

HILLEKAMP, I; NOBRE, M. Agroecologia e Feminismo no Vale do Ribeira: contribuição para o debate sobre reprodução social. **Temáticas**, Campinas, 26, (52): 167-194, ago./dez. 2018.

MARQUES, G.; IYUSUKA, S. S.; FRANCO, V. F.; NOBRE, M. Feminismo e agroecologia: aproximando campo e cidades. **Cadernos de Agroecologia**; Anais do X Congresso Brasileiro de Agroecologia, Brasília, 2017.

MARQUES, G.; SEMPERE, K.; NOBRE, M.; LOBO, N.; IYUSUKA, S. S.; FRANCO, V. F. (Re)conhecendo a agroecologia feminista - agroecossistemas e redes das agricultoras do Vale do Ribeira (SP, Brasil). **Cadernos de Agroecologia: Diálogos Convergências e divergências: mulheres, feminismos e agroecologia**, V. 16, n. 1, 2021.

MARTINS, J. S. **A sociedade vista do abismo. Novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

PAULILO, M. I. S. O peso do trabalho leve. **Revista Ciência Hoje**, nº 28/1987.

PAULILO, M. I. S. Que feminismo é esse que nasce na horta? **Política & Sociedade**, Florianópolis, V. 15, Edição Especial, 2016.



QUEIROZ, M. I. P. de. **O Camponato Brasileiro. Ensaio sobre civilização e grupos rústicos no Brasil.** 2ª.ed. Petrópolis: Vozes, 1976.

SHIVA, V.; MIES, M. **Ecofeminismo.** Lisboa: Instituto Piaget, 1997.

SILIPRANDI, Emma. Mulheres e Agroecologia: a construção de novos sujeitos políticos na

agricultura familiar. Dissertação (Tese de doutorado). Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília, 2009.

SOMEKH B.; LEWIN C. (orgs). **Teoria e métodos de pesquisa social.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

WANDERLEY, M. de N.B. Agricultura familiar e camponato: rupturas e continuidade. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v.21, p.42-61, 2003.